



## PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA/PB: UM OLHAR SOBRE O PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA PARAÍBA

---

**Márcio Balbino Cavalcante**

*Departamento de Geografia da UEPB*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna-PB, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas neste Parque, em especial, as práticas ecoturísticas existentes, considerando suas implicações socioambientais. Além disso, pretende avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente em questão, bem como analisar os possíveis impactos ambientais e, por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas com o objetivo de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985, 2000). O presente estudo foi realizado seguindo três etapas principais: Seleção do material bibliográfico e cartográfico; Reconhecimento de campo; e Coleta de dados sobre os aspectos físicos, turísticos e socioculturais do local. Os dados obtidos demonstram que a APA conta com um potencial natural notável para o turismo, em especial o ecoturismo, porém, fazem-se necessárias ações emergenciais a fim de compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação da natureza, ambas pautadas no desenvolvimento sustentável, respeitando os limites que a natureza impõe na sua dinâmica natural.

**Palavras-chave:** Geografia, Turismo, ecoturismo.

### **Introdução**

Desde meados do século XIX, a criação de áreas protegidas vem se constituindo como uma das principais estratégias para a conservação da natureza. Tal fato, pode ser explicado, por um lado, pela degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial e pela devastação das florestas e, por outro, é que neste período a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, de modo que a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado (LIMA, 2003).

Assim, as atividades turísticas, em especial o ecoturismo, passam a ser desenvolvidas nessas áreas possibilitando aos visitantes a oportunidade de apreciar o meio natural, tido como novo, “exótico” e como “paisagem intocada”.

Diante desta realidade, o Estado da Paraíba, como ocorre em outros estados brasileiros também, possuidores de lugares onde a natureza se mostra generosa e abundante e com singular exuberância, busca, a partir da criação das Unidades de Conservação, criar espaços protegidos voltados para a preservação da natureza e para a prática do ecoturismo, de modo que este possa se desenvolver, valorizando as potencialidades naturais e culturais e gerando emprego e renda. Entre estas UC's paraibanas, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo Decreto Governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000, localizado na porção norte do município de Araruna-PB. Sua área está inserida no bioma Caatinga, onde as configurações geológica-geomorfológicas são ímpares e atrativas para os estudiosos, turistas e visitantes amantes da natureza e dos esportes radicais.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho se propõe a analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas na unidade, em especial, as práticas ecoturísticas existentes, considerando suas implicações socioambientais. Além disso, busca avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente, os possíveis impactos ambientais e por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas na tentativa de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000).

### **As Unidades de Conservação no Brasil – Perspectiva Histórica**

A preocupação com a conservação ambiental e com a criação de áreas naturais protegidas, no caso do Brasil, só acontece tardiamente. Embora desde o final do século passado algumas personalidades preocupadas com a questão florestal viessem propondo a criação de parques nacionais, porém, somente com a instituição do Código Florestal, em 1934, é que se abriam perspectivas objetivas para o surgimento de unidades de conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais (SERRANO, 1997).

Posteriormente, a Constituição de 1937 reafirma a legitimidade dos parques nacionais, e no mesmo ano, é criado o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), tornando-se a 1ª área protegida do Brasil. Por sucessivas décadas, a expansão do número de parques e reservas foi bastante lenta. Apenas no final da década de 70 são colocadas em discussão as áreas prioritárias para a conservação da natureza legalmente protegidas. Ainda no âmbito relativo aos parques, somente em 1979, através do Decreto 84.017, é definido o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Outra evidência de descaso pode ser lida na demora na elaboração dos planos de manejo das unidades já existentes – o primeiro, o do Parque Nacional de Itatiaia, surge 40 anos após sua criação (AMARAL, 1998).

Avaliando o período em que mais unidades de conservação foram criadas (1970-1986, em pleno regime militar), Diegues (1998), observa que a criação destas unidades era feita de cima para baixo em uma época de grande endividamento do país e onde as organizações financeiras internacionais exigiam cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos. Além disso, segundo o autor, coube aos órgãos federais como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA comprometidos com o desmatamento e com o reflorestamento industrial, a implantação e gestão das unidades. Em parte, este quadro explica o porquê da questão ambiental ter sido tratada dentro de uma visão conservadora e muito aquém do que se debatia no âmbito internacional na época.

Atualmente as Unidades de Conservação no Brasil são regulamentadas pelo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Essa Lei estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Segundo a Lei que institui o SNUC, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, Art. 2º).

Cabe ao SNUC estabelecer os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, cujos objetivos são:

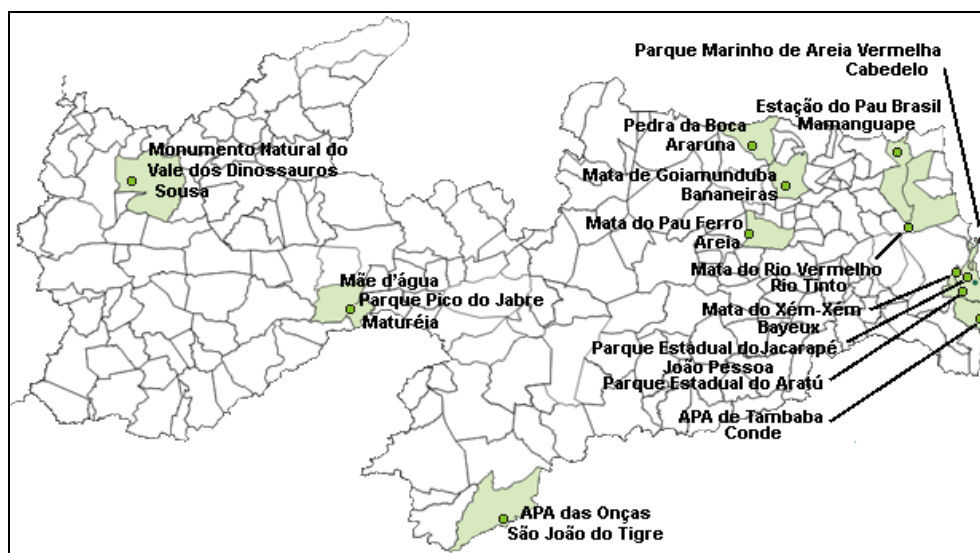
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Proteger paisagens naturais pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental (SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, Cap. II, Artigos 3º e 4º, incisos II, III, IV, V, VII e X).

Assim, as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais, de sua diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação

ambiental e o ecoturismo. Tal concepção também se aplica ao âmbito estadual e municipal.

### As Unidades de Conservação no âmbito do Estado da Paraíba

O Estado da Paraíba conta com uma grande diversidade paisagística e com imensas e variadas riquezas de ordem natural, histórico-cultural e social. Com a finalidade de proteger tais atributos foram criadas vinte e quatro Unidades de Conservação, distribuídas em unidades geoambientais diferenciadas, a maioria predomina-se na mesorregião do litoral paraibano. Estas unidades são divididas em três jurisdições, sendo onze federais, doze estaduais e uma municipal (Figura 1).



**Figura 1.** Áreas Protegidas do Estado da Paraíba.

**FONTE:** SUDEMA, 2004.

A quantidade total de áreas protegidas na Paraíba não atinge sequer 1% da área total do estado. As dificuldades encontradas na implementação dessas áreas versam sobre os moradores que habitam as imediações dos parques e reservas, e a difícil acessibilidade uma vez que se encontram distribuídas em unidades geoambientais diferenciadas e sob condições precárias de preservação do ambiente natural.

No Estado da Paraíba, os órgãos responsáveis em subsidiar as propostas de criação, administrar e fiscalizar a implantação das Unidades de Conservação são a SUDEMA, o IBAMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e, como parceiras, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Os órgãos citados acima possuem a função de implementar o SNUC, subsidiar os objetivos de criação e administrar as UC's nos âmbitos federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

De acordo com as informações e os dados coletados, as Unidades de Conservação paraibanas passam por dificuldades de manejo e assistência por parte dos órgãos responsáveis pela sua manutenção, contam com a ausência de investimentos e falta de consciência das populações locais e dos visitantes que utilizam seus recursos de forma inadequada (ARRUDA, 2002).

## Caracterização Geoambiental do PEPB

### Delimitação do Parque Estadual da Pedra da Boca

O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) está localizado ao norte do município paraibano de Araruna. Situa-se em zona fisiográfica de caatinga, no Planalto da Borborema, na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos 6º 31' e 6º 33' de Latitudes Sul e entre os meridianos de 35º 35' e 35º 37' de Longitudes Oeste (Figura 2).

O PEPB, Unidade de Proteção Integral de uso indireto, criado pelo Decreto Governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000, ocupa uma área total de 157,3 hectares de extensão territorial, com uma cota altimétrica de 400 m situando-se numa zona de transição entre as Serras de Araruna e da Confusão, mais precisamente entre o Sítio Água Fria e o Rio Calabouço.

Os limites territoriais do Parque são: Ao Norte, Passa e Fica-RN; ao Sul, Sítio Água Fria (Araruna-PB); ao Leste, Rio Calabouço e, ao Oeste, Serra da Confusão (Araruna-PB). O Parque está distante 170 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, 22 km de Araruna-PB, 6 km de Passa e Fica-RN, 110 km de Campina Grande-PB e 120 km de Natal-RN.

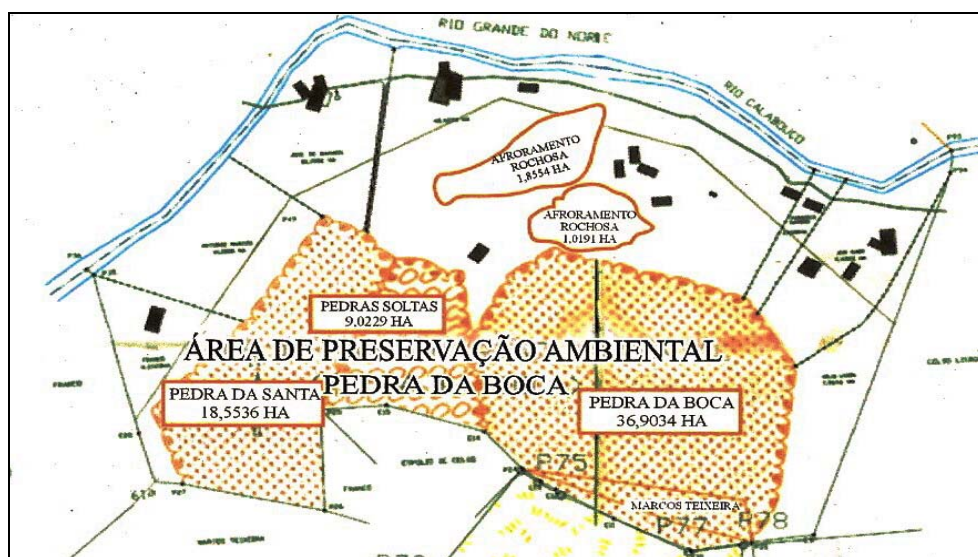


Figura 2. Parque Estadual da Pedra da Boca – PEPB.

Fonte: Sebrae-PB, 2006.

## O Ambiente Natural: Comportamentos Abióticos e Bióticos

### Ambiente Geológico e Geomorfológico

As serras de Araruna e da Confusão correspondem a um *horst* que contrasta com o *graben* da depressão do Curimataú ou vale do Rio Curimataú. A depressão do Curimataú corresponde a uma fossa tectônica resultante de falhamentos, apresentando altitude média de 300 metros, com desníveis de 300 metros entre a baixada e os topos mais elevados das serras vizinhas. Segundo Carvalho (1982), muitos estudos que analisaram o relevo nordestino, salientam que os terrenos pré-cambrianos sofreram reativações epirogênicas entre o Paleozóico e o Terciário originando a tectônica de ruptura. Como resultado surgiram os *grabens*, por exemplo, o vale do Curimataú.

As serras de Araruna constituem, na realidade, uma chapada sedimentar, formada por sedimentos antigos que recobrem o cristalino. Estas serras pertencem à formação da Serra de Martins, que, de acordo com sua origem estratigráfica, faz parte da unidade inferior do Grupo Barreiras, datado do período terciário (RODRIGUEZ, 2001).

Devido a altitude de 570 m, a região pode ser considerada uma das ramificações mais elevadas do Planalto da Borborema, aparecendo na paisagem sob forma de escarpas amplas, superficiais, elevadas e aplainadas, além de maciços residuais representados pelas serras.

Na serra da Confusão está localizado o complexo geológico da Pedra da Boca, formado por afloramentos de granitos porfirídico, com vestígios de gnasses e quartzitos, de faces arredondadas, superfícies desgastadas e, em várias delas, muitas e extensas caneluras, do cume ao chão, provenientes do intemperismo químico, físico e biológico que vem constantemente modelando as formas de relevo da região.

As formações identificadas no PEPB são resultantes dos processos erosivos aos quais são submetidas as rochas. Estas passam por processo de quebramento devido a ação hídrica e eólica, bem como a ação da temperatura, fazendo com que, em determinadas partes dos corpos rochosos no PEPB, se criem cavidades de profundidade e diâmetro bastante considerável, como são os casos da “boca” na Pedra da Boca, da “gruta” na Pedra da Santa ou os caracteres de um “crânio” na Pedra da Caveira. Essas formações são conhecidas na literatura geológica como “Taffoni” (plural de taffone), que segundo Guerra e Guerra (2006, p. 594), “são cavidades hemisféricas cavadas em granito de paredes íngremes”.

De acordo com Rodriguez (2001), com base em dados do IBGE (1996), os solos identificados na área do Parque Estadual da Pedra da Boca, são classificados em: Litossolos, Planossolos e Solos podzólicos Latossólicos vermelho-Amarelo, atuais Argissolos.

### **Ambiente Climático**

A região difere do quadro geral do Curimataú devido à altitude em que se encontra, possuindo umidade relativa do ar e índice de pluviosidade superiores ao do clima dominante da microrregião. Na área do PEPB, o clima é semi-árido, quente e seco, (Bsh) segundo a classificação de Köppen, com estação chuvosa curta (outono-inverno), atingindo precipitações de 800 a 1100 mm/ano. As temperaturas variam de 25°C a 27°C (RODRIGUEZ, 2001).

### **Ambiente Hidrográfico**

A região está localizada na Microbacia do Rio Calabouço, rio de regime intermitente afluente do Rio Curimataú, fronteira natural entre o Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte e importante manancial hídrico para a população que vive nas suas margens e para a manutenção do equilíbrio biótico e abiótico da região.

Em decorrência do uso inadequado dos recursos hídricos, a microbacia do Rio Calabouço apresenta sinais de impacto ambiental como, por exemplo, a devastação da mata ciliar, o empobrecimento do solo devido ao manejo inadequado da exploração agrícola e pecuária e o processo de assoreamento gerando núcleos de degradação ambiental ao longo do curso do rio (CAVALCANTE, 2006).

### **Ambiente Fitogeográfico**

De acordo com a IBGE (1996) a vegetação é de Savana Estépica nordestina - Caatinga, primitivamente arbustiva e arbórea, com pequenos resquícios de mata serrana, uma vegetação subcaducifólia que vem sofrendo fortes ações antrópicas no tocante ao fornecimento de madeira e lenha para o uso humano e para a criação do gado e plantios agrícolas.

O Quadro 1 relaciona as principais espécies vegetais encontradas na área do Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado em Araruna, Estado da Paraíba.

**QUADRO 1.** Espécies vegetais encontradas no Parque Estadual da Pedra da Boca

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Angico	<i>Piptadenia peregrina</i>	Leguminosae
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	Anacardiáceae
Catolé	<i>Syagrus comosa mart.</i>	Palmae
Gameleira	<i>Ficus spp.</i>	Anacardiáceae
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Leguminosae
Jenipapo	<i>Tocoyena brasiliensis mart.</i>	Rubiaceae
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>	Ramnáceae
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	Leguminosae
Jurema	<i>Mimosa acustitipula</i>	Leguminosae
Jurema preta	<i>Mimosa hostillis</i>	Leguminosae
Jurema branca	<i>Pithecolobium foliolosum</i>	Leguminosae
Macambira	<i>Bromélia lacinoso</i>	Bromeliáceae
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactáceae
Mororó	<i>Bauhinia cheilanta</i>	Leguminosae
Mofumbo	<i>Combretum leprusum mart</i>	Combretaceae
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Leguminosae
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia lam.</i>	Sterculiaceae
Pau d'arco (Ipê)	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	Bignomiáceae
Pitomba	<i>Talisia esculenta radlk</i>	Sapindaceae
Sisal	<i>Sisalana perrine</i>	Agaváceae
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceae
Xiquexique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	cactáceae
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium</i>	Apocináceae
Coroa-de-frade	<i>Melocactus bahiensis</i>	Cactáceae
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i>	Anacardiáceae
Umbu	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceae
Marmeleiro	<i>Croton sincorensis</i>	Euforbiáceae
Facheiro	<i>Pilosocereus squamosus</i>	Cactáceae

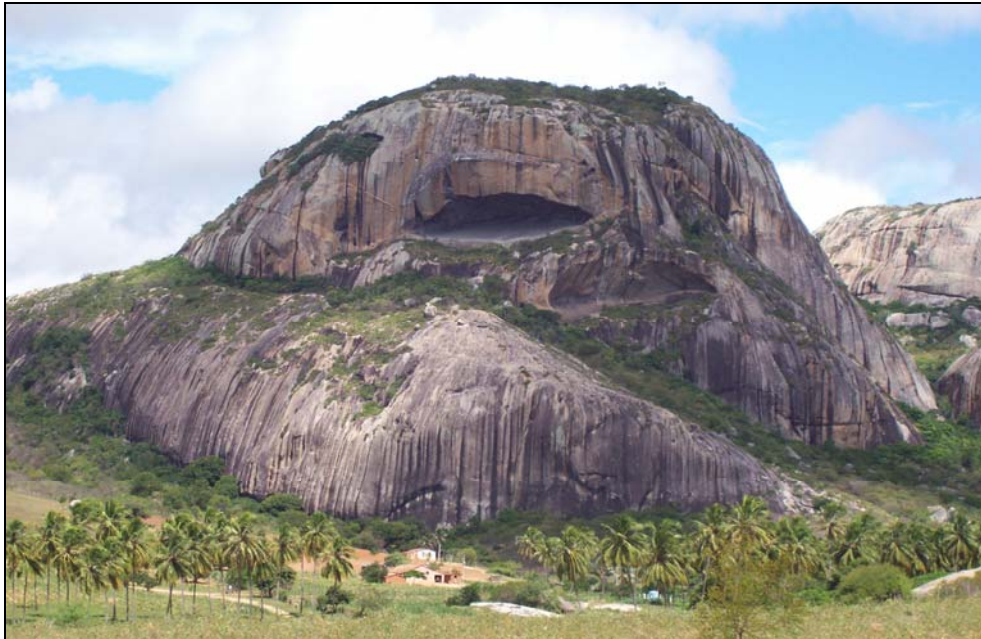
Fonte: Adaptado de Melo e Rodriguez (2003).

### A Criação do Parque Estadual da Pedra da Boca e sua Vocação Ecoturística

O Parque Estadual da Pedra da Boca possui um conjunto rochoso de grande beleza cênica, de composição granítica porfirídica com vestígios de gnasses e quartzitos que possuem fáceis arredondadas e extensas caneluras que vão do cume ao chão e está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão.

A denominação Pedra da Boca advém da existência de uma imensa formação rochosa de aproximadamente 336 metros de altura, a qual apresenta uma enorme cavidade provocada pelos agentes endógenos e exógenos, cuja configuração é semelhante a uma boca aberta. A exótica formação lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um colossal pirilampo.





**Figura 3.** Pedra da Boca, principal atração do PEPB.

**Fonte:** Márcio B. Cavalcante, 2006.

Nas proximidades da Pedra da Boca localiza-se também outras feições geológicas como a Pedra da Caveira, que recebeu este nome por ter um perfil semelhante ao de um crânio humano graças à ação constante do vento, da água e da temperatura no paredão rochoso próximo a Pedra da Boca.



**Figura 4.** Pedra da Caveira, PEPB, Araruna-PB

**Fonte:** Larissa Melo, 2003.

Outra formação rochosa muito visitada no parque é a Pedra da Santa, é parada obrigatória dos visitantes. Neste lugar é realizado, hoje, o turismo religioso, onde todos os dias 13 de cada mês e, principalmente, no mês de maio, recebe fiéis para a tradicional missa ao ar livre, reunindo devotos e pagadores de promessas, além de visitantes de toda a região e de outros Estados. Na gruta, um antigo morador do lugar, Sr. Celso Lisboa (político, 1909-1990), construiu, no passado, um altar para a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Em tempos remotos os fiéis foram expulsos deste local devido às abelhas que vivem na parte superior da enorme rocha, levando a suspensão temporária das missas ao ar livre, que ficaram sendo realizadas na capela próxima do Parque.

Com o objetivo de oferecer uma infra-estrutura de apoio aos fiéis durante as atividades religiosas, o governo do Estado da Paraíba estava construindo, próximo a Pedra da Santa, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. O projeto arquitetônico do Santuário em forma de arena grega encontra-se paralisado. O mesmo possui uma estrutura para receber aproximadamente 5.000 romeiros, com dependências para banheiro, lanchonete, secretaria e local de acomodação para os fiéis que participam das celebrações religiosas.

A Pedra da Santa, conhecida também como Pedra do Letreiro, preserva grande concentração de pinturas rupestres tipo hieróglifos da “Tradição Nordeste”. Estas pinturas são atribuídas aos antigos moradores do local, os índios Tarairius e os Paiaicus, pertencentes a grande nação Cariri, conhecidos por Tapuias.

### **Atividades praticadas no Parque Estadual da Pedra da Boca**

#### **Turismo de Aventura**

As altas pedras da região, em especial as do PEPB, atraem turistas do Estado da Paraíba, de outros estados e, inclusive de outros países, como Portugal e Holanda, que, encantados com as belezas naturais, têm como lazer fazer roteiros originais e tradicionais, ou praticar esportes radicais através de várias modalidades, como o rapel e a escalada. Os pontos propícios à técnica do rapel no Parque Estadual da Pedra da Boca são: na Aroeira – 55 m; na Pedra da Oratória – 50 m; na Pedra da Caveira – 50 m; e, na Boca – 80 m. Também existe a prática da caminhada, mountain bike, camping e pára-quedas. Nos arredores do Parque, “jipeiros” e motociclistas fazem enduro e ciclistas percorrem as trilhas de tamanha beleza natural, através da Mata do Gemedouro. Estas práticas exigem cuidado e experiência, por isso faz-se necessária a ajuda e orientação de um instrutor capacitado na área.

### **Turismo Religioso**

No Santuário de Nossa Senhora de Fátima, próximo a Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), acontece o turismo religioso no Parque. Esta atividade religiosa é realizada pela Arquidiocese de Guarabira/PB e pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB.

### **Turismo Científico e Escolar**

A beleza cênica do Parque formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos, é cenário e laboratório vivo de pesquisadores de diversas instituições e localidades. São geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores, entre outros profissionais, atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O Parque Estadual da Pedra da Boca também recebe alunos e professores das mais variadas modalidades de ensino, do fundamental ao superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar *in loco* o saber acadêmico da sala de aula.

### **Espeleoturismo (turismo em cavernas)**

Todo o Parque está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão, assim conhecida pela existência de várias serras de rochas graníticas que escondem grutas e cavernas quase inexploradas. Algumas destas cavernas possuem importantes sítios paleontológicos e arqueológicos, com pinturas rupestres, outras dão abrigo a alguns animais da fauna do lugar como gato do mato, raposas, tejus, alguns roedores, morcegos e tatus.

Parafraseando Santos (2003), as cavidades naturais do parque são frutos dos tombamentos de enormes blocos de granito que, ao caírem, formaram abrigos sob rochas e cavernas e estão em constante evolução, graças à ação da erosão e dissolução da água. A visita às cavernas e as grutas do PEPB é uma das potencialidades ecoturísticas do local, onde o grau de dificuldade é alto.

Ter em mente a responsabilidade ambiental e informação correta nestes lugares é primordial. A fragilidade da área exige cuidados especiais para que os sinais de falta de consciência não fiquem marcados, tais como descaracterização pelo pisoteio, pichações e lixos.

### **Infra-estrutura, estágio de conservação e práticas voltadas para a consciência ambiental no PEPB**

A criação do Parque Estadual da Pedra da Boca é de fundamental importância para a preservação do ambiente e a conscientização tanto por parte dos turistas, como da população local, para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir a natureza, investindo numa política ambiental pautada, na ótica do desenvolvimento sustentável, na educação ambiental e na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na conservação do lugar.

Segundo Francisco Cardoso de Oliveira, seu Tico (guia local do parque, 47 anos), uma das primeiras medidas tomadas com a criação do Parque foi à desapropriação de 157,3 ha de terra e a indenização de famílias que moravam na área territorial do Parque. Atualmente, reside uma pequena comunidade (Água Fria, Araruna-PB) no entorno do Parque, com cerca de dezoito famílias.

Na realidade, ainda existe uma grande carência na infra-estrutura adequada para receber os turistas e visitantes, num plano de visitação efetivo que respeite o meio ambiente do Parque Estadual da Pedra da Boca. Segundo Rogério dos Santos Ferreira (gerente do PEPB, 33 anos), o Parque recebe um público médio de 1.200 pessoas por mês, principalmente no verão, época de alta temporada. É sabido, ainda, que este número de visitantes está em pleno crescimento.

A intensificação do uso turístico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre os objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e infra-estrutura de lazer (CRUZ, 2003).

A falta de integração efetiva da população local é notável: apenas alguns conseguiram se inserir nas atividades ecoturísticas. Sabe-se que para combater as deficiências e gerar emprego e renda no setor de ecoturismo é preciso inserir a população local nessa atividade. A população não pode ficar excluída, como parece acontecer nas ações tomadas no local em estudo.

A gestão do ecoturismo, além de garantir os objetivos de conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, deve permitir que os benefícios gerados por suas atividades sejam amplamente incorporados pelas populações locais, como sujeitos do desenvolvimento (CRUZ, 2003).

Outro ponto importante detectado no Parque no decorrer da pesquisa foi o uso parcial de placas de sinalização exigidas por lei, número insuficiente de fiscais e vigias, ausência de materiais educativos e, entre o grande número de turistas e visitantes, a falta de consciência de que, no ecoturismo, a educação ambiental é fundamental para o seu progresso. Os visitantes acabam causando impactos

ambientais, como a poluição sonora, o acúmulo de lixo e as pichações em rochas e pinturas rupestres.

Para Ruschmann (1993), os impactos são resultados de um processo de interação complexo entre os turistas, as comunidades e os meios receptores, e não de uma causa específica. O Parque Estadual da Pedra da Boca é uma área de proteção ambiental cujos objetivos que motivaram sua criação não foram plenamente concluídos.

Em 2003, a SUDEMA criou o Plano de Gestão Participativo do Parque Estadual da Pedra da Boca. Este plano envolve a presença da população local, como também Instituições de Ensino e Pesquisa não-governamentais e governamentais e até representantes das Prefeituras envolvidas no plano de turismo do local, tem como objetivos específicos a participação e a orientação sobre os estudos científicos, as práticas educativas de preservação e de manutenção da APA, a saber: UNIPÊ, Associação Comunitária de Água Fria, GABS, SEBRAE-PB, UFPB, UEPB – Campus III – Centro de Humanidades, em especial, o Curso de Geografia e as Prefeituras dos municípios de Araruna-PB e de Passa e Fica-RN (SUDEMA, 2004).

Embora tenha sido trabalhado a possibilidade de um Plano de Gestão ou Manejo Participativo, ainda não foi executado sequer os primeiros objetivos do plano gestor, estando a Unidade de Conservação sujeita aos intensos processos degradacionais citados na página anterior.

Neste sentido, é preciso desenvolver projetos ambientais com uma maior inserção de especialistas como geógrafos, turismólogos e biólogos nas atividades da Unidade, para, assim, poder compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação ambiental, respeitando os limites que a natureza impõe ao meio ambiente.

### **Considerações Finais**

De acordo com o que foi discutido neste trabalho, a problemática das Unidades de Conservação e as atividades nelas desenvolvidas, em especial o ecoturismo, estão longe de se resumir à definição e institucionalização de áreas e biomas a serem protegidos. É visível que tais etapas não são suficientes para garantir a preservação e/ou manejo sustentado dos diversos ecossistemas, que, para serem alcançados, dependem de prioridades políticas efetivas. Em meio à ausência dessas, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental e, dentro da problemática tratada aqui, no que concerne a implantação e gestão efetiva das Unidades de Conservação, dentro das diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Partindo desse princípio, foi realizado um levantamento de ordem geoambiental, cultural e turístico do Parque Estadual da Pedra da Boca, como forma de oferecer

ao meio acadêmico e ao público em geral informações que visem ajudar na manutenção da área e no desenvolvimento turístico da mesma.

De acordo com as informações e os dados coletados durante a pesquisa, é possível inferir as seguintes considerações sobre o PEPB:

- Investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar;
- Investir na implantação de uma infra-estrutura adequada, para que a relação entre os turistas e a conservação do ambiente seja desenvolvida de forma harmoniosa;
- Buscar o apoio de uma política de investimentos e preservação;
- Promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local;
- Desenvolver campanhas educativas em Educação Ambiental e Legislação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza;
- Desenvolver programas que insiram a comunidade local nas atividades do parque.

## Referências

AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.** Florianópolis: Melhoramentos, 1998.

ARRUDA, Luciene Vieira de. **Relatório da Comissão Mundial de Áreas Protegidas. Guarabira-PB.** Departamento de Geo-história da Universidade Estadual da Paraíba, 2002. (Apostila).

AULICINO, Madalena Pedroso. **Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais.** In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Estado da Paraíba: classificação geomorfológica.** João Pessoa: Editora Universitário-UFPB, 1982.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Ecoturismo em Áreas Protegidas: um olhar sobre o Parque Estadual da Pedra da Boca**. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia. Guarabira: CH/UEPB, 2005.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Rio Calabouço: conhecer para preservar**. In: LINS, Juarez Nogueira; BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Orgs.). *Espaços Interculturais: linguagem, memória e diversidade discursiva*. Olinda: Livro Rápido, 2006.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Ecoturismo no Brasil, visita à natureza**. Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XLIV, n. 369, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Rogério dos Santos. **Plano de ação emergencial do Parque Estadual da Pedra da Boca**. João Pessoa: SUDEMA, 2004.

GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA, Antônio José Texeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. **Recursos Naturais e Meio Ambiente: Uma Visão do Brasil**. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Conhecendo Araruna-PB**. João Pessoa: Grafset, 2001.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Atlas Escolar da Paraíba: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. 3ª ed. João Pessoa: Grafiset, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil**. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 56-68, 1993.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Manual do Espeleólogo**. Campina Grande: EDUEP, 2003.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. **A Vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação**. In: SERRANO,

Célia Maria de Toledo e BRUHNS, Heloísa T. (org.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2005.

SUDEMA. **Conselho consultivo de gestão participativa em unidades de conservação**. Disponível em: <<http://sudema@sudema.pb.gov.br>>. Acesso em 15 dez. 2004.

MELO, Antonio Sérgio Tavares; RODRIGUEZ, Janete Lins. **Paraíba, desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. João Pessoa: Grafset, 2003.

Contato com os autores: [cavalcantegeo@bol.com.br](mailto:cavalcantegeo@bol.com.br)

Recebido em: 01/10/2007

Aprovado em: 20/02/2008